

ASSENTAMENTO MURICIZAL: A GÊNESE DE UMA REALIDADE

Alberto Pereira Lopes (*)
Vera Lúcia Salazar Pessoa (**)

INTRODUÇÃO

Durante toda a história do Brasil, as lutas camponesas foram reflexo de domínio do poder dos latifundiários, banqueiros, empresários que constituíram a violência contra os sem terra. A luta pela terra, através das manifestações, tem como fator básico o direito de propriedade, para que os camponeses possam garantir o direito de cidadão.

Os personagens das frentes de luta pela apropriação da terra constroem sua bandeira preconizada pela solução da reforma agrária, com desenvolvimento no campo, para que os mesmos não tenham uma relação temporária com a terra. Essa concepção resultou numa longa trajetória de lutas, de violências causadas pelos grandes proprietários, polícia militar entre outros, como também resultou de vitórias conquistadas no decorrer dessa jornada. Uma das vitórias conquistadas foi o Assentamento Muricizal no estado do Tocantins, cuja luta foi a ocupação dos posseiros em 1982 numa fazenda que se encontrava improdutivo. Nessa época, a região ainda pertencia ao estado de Goiás, e a luta pela apropriação da terra se estendeu até 1989 quando já haviam acontecido transformações na região, como a consolidação do estado do Tocantins, criado pela constituição de 1988.

Os posseiros que ocuparam a fazenda originaram-se da organização de movimentos que já estavam consolidados principalmente no extremo norte do estado na região do Bico do Papagaio. Movimentos esses que trazem em sua trajetória resquícios da Guerrilha do Araguaia, no final da década de 60, da própria organização das Ligas Camponesas que se deu ao sudeste do estado e a colonização da Transamazônica.

Nesse sentido, o Assentamento Muricizal foi criado com o objetivo de organizar as famílias sem terra. Hoje começa a se descaracterizar, permitindo novos proprietários que têm se servido do baixo poder aquisitivo dos assentados que vendem, trocam suas terras comprometendo com o projeto de reforma agrária. Essa mudança se dá pelo fato dos órgãos responsáveis pela estruturação do projeto não levar uma condição mínima de vida para que as famílias assentadas permaneçam na terra.

A reforma agrária na Fazenda Muricizal, resultado das reivindicações, altera-se criando obstáculos entre os assentados e os novos proprietários que têm capacidade e recursos para produzir e acumular renda, enquanto que os assentados são obrigados a se conter com a pequena produção de subsistência. A entrada de novos proprietários em assentamentos de reforma agrária é permitido porque não há investigação e fiscalização por parte dos órgãos do governo, e sobretudo não há uma distribuição equitativa dos recursos destinados para organização dos assentados contribuindo na promoção de mudanças políticas, econômicas e sociais, deixando os assentamentos vulneráveis a especulação.

Dessa forma, o assentamento é o resultado de um processo de formulação de projetos, planos para desapropriação de terras improdutivas condicionando possibilidades para os assentados trabalharem através dos incentivos de créditos, criado pelo governo para estruturação da vida do camponês no campo. Mas ineficácia do Estado em implementar uma política eficaz nos assentamentos, em particular no Muricizal, tem criado problemas de ordem estrutural, facilitando o acesso de famílias que não condizem com os parâmetros da reforma agrária. Assim, os assentados do Muricizal convivem no cotidiano com personagens que se integram ao assentamento, de maneira irregular através da compra, troca das parcelas cadastrando-se no INCRA, como os verdadeiros proprietários, recebendo recursos destinados à reforma agrária e impondo suas estratégias de expansão da propriedade.

Nesse sentido, não são as empresas com seus padrões tecnológicos avançados na região que estão expulsando os assentados do Muricizal. Mas são fazendeiros, comerciantes, médico, juiz e outros profissionais que se utilizam da fragilidade do pequeno agricultor, apropriando-se da terra para nela ampliar o seu capital. O sonho dos assentados, na certeza de encontrar um novo modo de vida, fica descartado, transformando-se em utopia, devido o Estado não implementar de fato os recursos viáveis para os assentamentos. Muitos convivem com a precariedade do solo, que necessita de recuperação para produzir. Essa questão é explícita no Muricizal que precisa de correção para que a terra seja produtiva.

(*) Prof. Depto. de Geografia/ UNITINS-TO

(**) Prof.^a do Programa de Mestrado/ Instituto de Geografia/UFU-MG

Os desafios dos assentados estão na sua permanência na terra, confrontando-se com o desenvolvimento do capitalismo no campo, concentrando riquezas e gerando misérias. Na verdade, essa disputa no Assentamento Muricizal compreende uma fragilidade por parte do pequeno produtor por não ter uma estruturação política- ideológica formada, fragmentando o seu poder de decisão. O resultado dessa questão é a formação de novas territorialidades com seus espaços e domínios, expropriando os assentados que não conseguem resistir às políticas do atual modelo econômico de desenvolvimento agropecuário brasileiro.

Assim o objetivo desse trabalho é mostrar o resultado da reforma agrária, nesse país, e a trajetória de lutas que os trabalhadores enfrentam para adquirir um pedaço de terra, além de recursos para torná-la produtiva, tendo como estudo de caso o Assentamento Muricizal.

A ocupação e mudança no espaço geográfico tocantinense

A ocupação dessa região ocorreu no início do século XIX, com a imigração de criadores de gado do nordeste que vinham fugidos da seca em busca de pastagens. O trabalho missionário, criando os aldeamentos indígenas, além dos mineiros que vinham em busca da descoberta de aluviões auríferos contribuíram para a formação de núcleos urbanos.

Nesse sentido, com a consolidação da população vigente, as atividades eram baseadas no extrativismo, na agricultura e na pecuária de subsistência, que logo foram sendo substituídas pela acumulação capitalista no campo, incorporando grandes estabelecimentos rurais, gerando descontentamento por parte dos trabalhadores rurais. Dessa forma, a Microrregião Geográfica de Araguaína concentrou uma pecuária extensiva, definindo a fronteira à acumulação do capital. Por outro lado, expropriou-se uma parte do campesinato do seu mais importante meio de produção, de subsistência que é a terra.

A década de 50 e 60 caracteriza uma mudança no espaço geográfico tocantinense com a expansão dos estabelecimentos agropecuários acobertados pelo Estado em favor da grande empresa, com incentivos fiscais, ampliando as áreas produtivas e formando o latifúndio na região. As formas de resistência da população, através de suas manifestações e reivindicações, fizeram com que o governo no final da década de 70 demarcasse algumas áreas para assentar algumas famílias, tentando resolver os conflitos que cresciam esporadicamente.

O estado do Tocantins constitui uma área pioneira no processo de incorporação do seu território à Amazônia Legal, cujo aspecto se dá pela transformação ocorrida no seu interior. Primeiro, com o processo de mudança através da caracterização do seu espaço estrutural, devido a construção da rodovia Belém-Brasília, possibilitando a ocupação de áreas demograficamente inabitadas, e segundo com a criação e crescimento de núcleos urbanos, formando a rede urbana do Tocantins.

Neste contexto, o crescimento das áreas rurais na região foi formado por uma mão-de-obra que trabalhava para derrubada na mata, atendendo a uma ínfima população que se projetava na incorporação privada de grandes propriedades de terras, constituindo o assalariamento no campo. Nesse período, o trabalho no campo cresceu, porém com o final do desmatamento de determinadas áreas, assistiu-se a um declínio da população camponesa, e um crescimento dos núcleos urbanos, principalmente a partir da década de 70, como conseqüências aos fatores relacionados à usurpação da terra pelos grileiros, acarretando a expulsão do trabalhador do campo para as cidades à procura de alternativas para sobreviver.

A organização dos camponeses para “conquistar” a terra

Na década de 40 ainda no Estado Novo tem-se a realização da “Marcha para o Oeste,” com vários fluxos migratórios, intensificando a grilagem sobre as terras dos posseiros e índios, expandindo nas décadas posteriores, originando os conflitos pela posse da terra. Como aponta FERRAZ(1998:66) a respeito da manifestação camponesa no Tocantins:

“a primeira repercussão contra a grilagem foi o conflito Trombetas- Formoso iniciado no final da década de 40, expandiu-se a partir de 1953, sendo destruído pela repressão em 1964. Os camponeses foram expulsos ou presos e suas lideranças incluídas nas listas dos políticos desaparecidos.”

Dessa forma, a população camponesa começou a se mobilizar e criar os seus movimentos, ganhando espaço diversificado, como a formação das ligas camponesas que ampliaram suas formas de luta em todas as regiões brasileiras e criaram suas ações de acordo com as necessidades regionais. Diante desses fatores, o Estado começou a se preocupar com as pressões, os conflitos existenciais entre

fazendeiros, posseiros e índios, apresentando uma solução para conter os movimentos que vinham aumentando

A solução encontrada foi a criação do Estatuto da Terra em plena ditadura militar, em resposta aos movimentos sociais, determinando uma área para conter os conflitos no caso, a Amazônia Legal. Nessa mesma década é criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), cujo objetivo se insere no desenvolvimento regional, expressando a sua intenção política nos moldes do grande Capital. FERRAZ (1998:63) analisa que, *“com a criação da SUDAM a ação primeira do governo foi entregar às grandes empresas as terras destinadas às populações excedentes de outras áreas.*

Diante das medidas implementadas pela política, durante o regime militar com seus projetos impregnados de nacionalismo, cujo fator está baseado na doutrina de segurança nacional, os governos se integraram com os empresários contra os movimentos camponeses. Assim, crescia a resistência dos camponeses em não deixar as suas terras, causando-lhes a expulsão à base da força, da violenta e arbitrária ação policial.

Entre o final da década de 60 à 1974 surge no Bico do Papagaio (TO) a chamada Guerrilha do Araguaia desenvolvida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), com o objetivo de organizar a população camponesa em defesa da luta pela terra, contra as políticas fundiárias implementadas pelos governos ditatoriais. A ação militar veio em seguida com suas tropas de exército, marinha, aeronáutica e policiais militares de vários estados para combater o movimento que estava se consolidando.

Nesse sentido, houve combates e resistências entre os guerrilheiros e os militares. O exército ocupou várias cidades, torturou e espancou vários lavradores, as casas, barracos foram queimadas até extinguir todo o movimento. Como enfatiza FERRAZ (1998:64):

“após a “limpeza da área,” o governo segue uma política de empresarialização da agricultura, de incentivos, com proliferação de empresas rurais. Assume uma política radical de expropriação das populações rurais e de grande implantação da grande empresa capitalista no campo.”

Os conflitos continuaram na região do Bico do Papagaio mesmo após a guerrilha, entre os posseiros e fazendeiros, fazendo com que o governo tomasse algumas medidas, autorizando o INCRA em 1979 demarcar algumas áreas para os posseiros, com o objetivo de conter os conflitos. Em 1980 o governo João Batista de Figueiredo criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia- Tocantins (GETAT) subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. KOTSCHO (1981:18) analisa que,

(...) o Getat, colocando-se acima dos demais órgãos federais e estaduais, constitui uma verdadeira intervenção federal na área para, dentro do menor prazo possível, “manu militari,” se for preciso, acabar com os conflitos e abrir caminho para os projetos governamentais, ao mesmo tempo em que oferece a segurança exigida pelos grandes grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, que aportaram por estas bandas durante a última década, atraídos pelos incentivos fiscais e pelas riquezas destas terras ditas de ninguém.”

Dessa forma, o GETAT surgiu como solução de amenizar ou acabar com as tensões sociais, provocadas pela disputa da terra, incorporando uma política de conciliação para garantir os interesses dos grandes proprietários. A partir desse pressuposto o Estado do Tocantins, foi criado em meio a estas tensões, a fim de garantir o poder das oligarquias. Na Constituição de 1988 foi consolidado o novo estado da federalização brasileira, com o apoio das oligarquias regionais formadas pelos pecuaristas. A União Democrática Ruralista (UDR) criada em 1985, teve e tem um papel importante para criação do estado, onde sua principal atividade econômica é a pecuária.

Enfim, a criação desse novo estado não se restringiu à uma vontade espontânea da população que em épocas passadas já vinha sendo construída, mas serviu para consolidar as elites regionais ligadas aos interesses do desenvolvimento das atividades agropecuárias, reestruturando os anseios de uma classe política relacionada com as tendências neoliberais

A luta dos posseiros e a emancipação do Assentamento Muricizal

O Projeto de Assentamento Muricizal formou-se com o processo de desapropriação de uma área de 5.442ha, pelo decreto n. 96.099 de 27 de maio de 1988 pelo PNRA no município de Muricilândia (TO). O município de Muricilândia localiza-se a 6°47'00" a 07° 8'49" de latitude Sul e 48° 36'38" a 49° 00'00" de longitude Oeste Greenwich, tendo como limites o Estado do Pará e os municípios de Pontão, Santa Fé, Carmolândia, Aragominas e Araguaína, com uma altitude de 189m. A população estimada nesse município segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1 de julho de 1999 é de

3.289 habitantes. A atividade principal está baseada na agricultura de subsistência e na pecuária extensiva.

As áreas, que hoje correspondem aos projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), eram antigas fazendas improdutivas sobre a gênese da transformação da terra em mercadoria. Na Microrregião Geográfica de Araguaína foram criados 28 projetos de assentamentos, entre os quais, 26 projetos foram criados pelo governo federal, onde o Projeto Muricizal se insere, e dois foram criados pelo governo estadual, o Projeto de Assentamento Santarém II e Serra dos Cavalos.

Os primeiros moradores que chegaram à fazenda Muricizal originaram-se do Maranhão, Piauí que atravessaram o Rio Tocantins dirigindo-se para o Oeste à procura de trabalho em fazendas, como também famílias sem terra da própria região excluída do sistema que se encontravam no norte de Goiás. A invasão da fazenda aconteceu em 1982, quando os posseiros permaneceram e criaram suas próprias áreas para produzirem os seus alimentos. Como relata esse antigo posseiro:

“A resistência dos posseiros foi essencial, no momento de luta para obtenção da terra. Não houve repressão por parte do proprietário, porém o mesmo, entrou na justiça contra os invasores a fim de desocuparem a área, o que não foi atendido devido à terra ser improdutiva.”

A organização dos posseiros teve a participação da Igreja Católica que, através de seus missionários, fazia as reuniões para incentivar a permanência e conscientizar os mesmos pela importância da luta em prol da conquista da terra. A igreja foi, e continua sendo, a expressão de comunicação política dos movimentos sociais do campo, que tem levado o trabalho de conscientização e organização desses trabalhadores no desenvolvimento de suas reflexões, nas articulações políticas em prol da liberdade e de uma sociedade mais justa. De acordo com GRZYBOWSKI (1990:67)

“no trabalho da Igreja e dos movimentos dos trabalhadores rurais que nela se apoiam há uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário (as CEBs são o maior exemplo), onde o “povo” é chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrenta.”

É salutar o trabalho da Igreja em prol da causa no campo com a bandeira que antes era apenas utilizada pelos partidos políticos de esquerda. Vale lembrar que esse papel da igreja tem seus objetivos específicos, como recuperar seus fiéis, e expressar de uma forma concreta a sua posição em relação aos pobres necessitados, concretizando sua causa contra as injustiças sociais no campo. Como enfatiza MARTINEZ (1996:34) *“qualquer que seja os seus motivos e objetivos, quando age diretamente através dos seus sacerdotes, ou quando abriga outros grupos, a igreja tem contribuído para o fortalecimento do movimento sindical, no campo e nas cidades.”*

Na fazenda ocupada pelos posseiros, predominava uma agricultura de subsistência baseada no cultivo do milho, feijão, arroz e mandioca. As roças eram feitas com muita dificuldade. Primeiro derrubavam a mata com equipamentos manuais como foice, machado, roçadeira para depois plantar e tirar o sustento para sobreviver. Como afirma IANNI (1979:182) *“o posseiro e a sua família geralmente chegam primeiro. São eles os verdadeiros desbravadores da região que fazem os primeiros desmatamentos.”*

Dessa forma, as dificuldades dos posseiros não estão atribuídas apenas na forma de trabalho que eles fazem, mas na própria realidade de vida, em condição de posseiro em áreas que não lhes pertencem, sem segurança de posse. Os posseiros do Muricizal continuaram na terra, exigindo dos órgãos competentes a desapropriação, agilidade no processo para que os mesmos tivessem segurança. Caso contrário, eles iriam permanecer na terra. Essa era a mentalidade dos posseiros que lutavam por uma causa justa, permanecendo na localidade exigindo do INCRA uma atuação mais concreta. Só a partir de 1989 que o INCRA viabilizou o Assentamento Muricizal.

Com a criação do Projeto de Assentamento Muricizal muda-se o contexto espacial, porém os desafios para permanecerem impõem novas expectativas para suas próprias necessidades, isto é, quais seriam os mecanismos que os assentados teriam que utilizar para sua estruturação social. Dessa forma, os posseiros do Muricizal inseridos com técnicas rudimentares, continuaram na precariedade. As casas foram feitas de madeira bruta, com o chão batido, sem nenhuma condição mínima de vida. Só a partir de 1998 com aquisição dos recursos da reforma agrária, que as casas tem novas formas. Muda-se a estrutura de palha para alvenaria. Os utensílios domésticos existentes revelavam a situação dos moradores. Os equipamentos de trabalho agrícolas eram rudimentares como foice, enxada, machado já desgastados, demonstrando a relação de trabalho dos mesmos com a terra.

A política agrícola destinada para o melhoramento do assentamento permaneceu indiferente, não atendeu à carência das famílias, apenas resolveu a questão da terra, como afirma BERGAMASCO e NORDER (1996: 47): *“a política agrícola para os assentados e outros pequenos agricultores familiares precisa estar*

associada, ao desenvolvimento regional, ou seja deve articular-se com a expansão dos sistema de saúde, educação, previdência social, comunicações etc.”

As atividades dos assentados se resumiam ao trabalho da terra, que incluía toda família, desde o trabalho da mulher que era o mais diversificado devido serem domésticas e agricultoras, até o trabalho das crianças como mão-de-obra secundária. Antes do assentamento as principais funções que exerciam eram agricultores, vaqueiro, comerciante.

TABELA 1
Assentamento Muricizal: ocupações das famílias
ATIVIDADE

ANTES DO ASSENTAMENTO		N.º	%	NA ATUALIDADE		N.º	%
Agricultor		41	82,0	Agricultor		22	44,0
Vaqueiro		03	6,0	Agricultor/Aposentado		09	18,0
Comerciante		01	2,0	Comerciante		10	20,0
Outros		05	10,0	Outros*		09	18,0

Fonte : Pesquisa de Campo, jan./ fev./2000.

*São outras funções: carpinteiro, pedreiro, médico, juiz, professores etc

Como se observa na TAB. 1, comparando os dois momentos, constata-se que agricultor era a principal função exercida pelas famílias com 82%. A profissão de vaqueiro, uma atividade em que o chefe da família trabalhava para as propriedades particulares, levando a boiada de um lugar para outro ou trabalhando diretamente na propriedade com os rebanhos, representa 6%. O comerciante, enquanto função representa 2%. As outras atividades como carpinteiro, pedreiro, artesão, ajudante, representam 10%. Hoje essa realidade sofre uma determinada modificação, principalmente o agricultor que antes era bem presente. Com a chegada de novas funções no assentamento essa atividade decresce para 44%. Surge a figura do agricultor/aposentado com 20%, que antes não se encontrava no assentamento. Os comerciantes e outros profissionais como juiz, médico, policiais, cresceram de forma significativa.

A heterogeneidade de atividades das famílias assentadas compreende um processo histórico complexo no que diz respeito à questão fundiária brasileira, em que a maioria dos trabalhadores rurais foram expulsos da terra ou excluídos do sistema, comprometendo a própria forma de viver em espaços desconhecidos.

Assim, a criação do assentamento representa uma conquista, uma transformação dos seus valores que se constituíram antes e durante o processo de luta pela conquista da terra, possibilitando novas relações e novas segmentações políticas. Como analisa MEDEIROS et alii (1994:21):

“tratar dos assentamentos é também falar das experiências contidas nas trajetórias dos seus personagens e ali atualizadas. Experiências que não podem ser reduzidas às lutas políticas... resolvida a questão mais imediata, do acesso a terra, atualiza-se um conjunto de valores, lealdades, conhecimentos etc., que tendem a fazer aflorar diferenças entre o que, até então, parecera homogêneo.”

O Assentamento Muricizal, após a sua criação, permaneceu esquecido pelos órgãos destinados à questão agrária, limitando o processo de organização das famílias na organização estrutural do projeto. A formação da associação veio surgir em meados da década de 90, fragilizada sem experiência reivindicatória de direitos e deveres. Só a partir de 1997, é que os moradores se organizaram e reivindicaram maior presença dos órgãos que viabilizam os recursos para a reforma agrária. O resultado foram alguns benefícios que vieram favorecer a algumas famílias em 1998, não atendendo a todos de maneira geral, devido alguns assentados não se inserirem dentro das normas da reforma agrária.

Esse fato ocorreu nesse assentamento devido à morosidade dos órgãos competentes em não atuar com os recursos de imediato, fazendo com que muitos dos antigos posseiros vendessem suas parcelas, por falta de condições para trabalhar, transformando a terra em mercadoria de valor. IANNI (1979:154) comenta essa questão: “em pouco tempo, também a terra passa a ser mercadoria, ganha preço; isto é, apropriada de modo privado e sob nenhuma outra forma. A terra passa a ser objeto e meio de produção de valores e troca.”

A questão agrária não pode estar vinculada apenas a distribuição das parcelas, mas sobretudo à política de assistência e proteção da economia rural. Nesse sentido, a reforma agrária na fazenda Muricizal serviu no primeiro momento para atender as reivindicações dos posseiros, que era a distribuição e legalidade das áreas, deixando às famílias apenas com a coragem para trabalhar, sem atender as necessidades básicas para que os mesmos permanecessem estruturando e melhorando a qualidade de vida.

O segundo momento corresponde à mudança estrutural no assentamento, facilitando o acesso de novas famílias que adquiriram a terra através da compra ou da troca com os antigos posseiros e cadastrando-se no INCRA, como verdadeiros proprietários. A TAB. 2 mostra a realidade do assentamento hoje, com o processo de transformação no interior, com novos proprietários que não fizeram parte do processo de lutas que resultou na criação do projeto implementado pelo INCRA em 1989.

TAB.2
Assentamento Muricizal e a forma de obtenção da terra

AQUISIÇÃO DA TERRA	N.º DE FAMÍLIAS	%
<i>Reforma agrária</i>	12	24,0
<i>Compra</i>	35	70,0
<i>Troca</i>	03	6,0
Total de entrevistados	50	100,0

Fonte : Pesquisa de Campo, Jan./ fev./ 2000
Org. A.P. LOPES

A tabela demonstra que mais de 70% das parcelas do Assentamento Muricizal foram adquiridas através de compra e troca com as necessidades de cada envolvido. As parcelas das famílias que reivindicaram a reforma agrária na época da distribuição resulta apenas 12%. Na atualidade, todas as famílias que se encontram no assentamento estão cadastradas no INCRA. O documento que lhes assegura a condição de proprietários é a cessão de compra e venda registrada em cartório.

Nesse contexto, cada vez os antigos posseiros vão se restringindo, dando lugar a um outro segmento da sociedade, que tem um maior poder aquisitivo. Esse fato retrata a decadência da reforma agrária nesse assentamento, que não se preocupou em levar uma condição melhor de vida para os assentados, mas contribuiu para que houvesse o poder de barganha por parte daqueles que têm uma vida financeira estruturada.

A análise da realidade concreta e a soma da história de cada assentado no Muricizal demonstra que vários dos trabalhadores perdem suas terras iludidos pelos fazendeiros e outros profissionais que os pressionam, colocando que em outras localidades, principalmente nas cidades o trabalho é mais fácil e os assentados têm uma melhor forma de viver. O resultado desse fracasso está na análise de BERGAMASCO e NORDER (1996:42):

“de qualquer modo, após a (re)conquista da terra os assentados deparam com as dificuldades para garantir a viabilidade sócioeconômica dos projetos, decorrentes, em grande medida, do descaso de um poder público que não tem oferecido a necessária infra-estrutura social de saúde, educação, transporte, energia elétrica etc., nem uma política agrícola condizente com as especialidades socioeconômicas e regionais destes produtores.”

Os desafios dos assentados estão na sua permanência na terra, confrontando-se com o desenvolvimento do capitalismo no campo que concentra riquezas e gera misérias. Na verdade, essa disputa no Assentamento Muricizal compreende uma fragilidade por parte do pequeno produtor por não ter uma estruturação política e ideológica formada, fragmentando o seu poder de decisão. Esse fato reflete uma relação temporária na terra, da qual os assentados foram obrigados a submeter devido à precariedade que se encontravam.

Essa é a realidade de uma população que vive à distância dos olhos da sociedade que a marginaliza, que a discrimina sem a segurança das razões dos fatos. Até o ano de 1998, o assentamento ficou esquecido pelos órgãos públicos. O número de famílias beneficiadas, no final de 1998, com a demarcação da terra e alguns créditos foram 72 famílias. Devido à ausência do órgão no projeto, a terra transforma-se em comércio, e a transação ocorre no cartório mais próximo, com a cessão de compra e venda, logo após cadastram-se no INCRA para receberem beneficiamentos.

As áreas comunitárias destinadas para investimentos dos assentados, em caso de necessidade como escola, posto telefônico, posto de saúde é inexistente e estão ocupadas por famílias que adquiriram através de compra. Esse fato, ocorre devido não existir nenhuma fiscalização por parte dos órgãos responsáveis. A escola existente, porém desativada, está numa área doada por um dos moradores. A única área comunitária que funciona com cultivos de legumes, encontra-se numa área particular. Devido à falta de presença do INCRA, alguns dos moradores demonstram as suas indignações, como nessa afirmação: *“O INCRA fez injustiça com os pequenos e ficar no meio dos grandes não tem condição de ficar, porque os grandes quer mandar nos pequenos.”*

Esse depoimento mostra o desafio dos antigos posseiros para permanecerem na terra, devido a forma como foi tratada a reforma agrária e a pouca participação do órgão em fiscalizar os problemas estruturais no projeto. Dessa forma, a relação da maioria dos assentados com o INCRA é restrita, devido por que não há atuação do órgão.

A incapacidade de atuação do INCRA como órgão que promove, regulariza e fiscaliza as terras por ele distribuída, para inserir os assentados ao desenvolvimento social de cada região, BERGAMASCO e NORDER (1996:66) mostram que:

“os assentamentos estariam sedimentando o atraso na agricultura brasileira, e não sua superação; a necessidade de vultosos investimentos na produção agrícola moderna não poderia ser satisfeita pelos assentados. Condenados a permanecer na produção de subsistência, não seria possível sequer reduzir a fome e a miséria entre eles.”

Os assentados ficaram excluído por muito tempo dos propósitos da reforma agrária, de produzirem o excedente, como também de buscarem alternativas com órgãos prestadores de assistência técnica, como no caso do RURALTINS, órgão ligado ao estado para desenvolver a extensão rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desse trabalho mostra a falta de viabilização por parte do Estado nos assentamentos, especificamente no Muricizal em criar mecanismos que venham organizar as famílias em prol da melhoria de vida. Essa questão resulta de uma política agrária do Estado em não se preocupar com os resultados qualitativos dos assentamentos, mas sobretudo sua concepção tem se projetado nos dados quantitativos. Essa concepção demonstra a incapacidade ou a falta de compromisso com as questões sociais, econômicas na resolução da reforma agrária que se perpetua por décadas e períodos históricos desse país.

A conquista da terra não significa em resolver as projeções que os sem terra almejam quando lutam em prol da reforma agrária. O sentido é mais amplo, envolve condições de organização do assentamento com as facilidades de créditos, recursos que são destinados a reforma agrária. Esse processo vincula-se ao significado das ações em que serão destinadas por parte dos órgãos responsáveis para a melhoria da qualidade de vida no assentamento.

Nesse sentido, o Assentamento Muricizal, em seu contexto organizativo, estagnou-se, fazendo com que o Estado cumprisse apenas a meta de distribuição, não atendendo as necessidades daqueles que lutaram pela criação do assentamento. Esse é o resultado um projeto criado em 1988. São poucas as famílias que ainda residem no assentamento e que fizeram parte da luta pela emancipação, mostrando a falta de vontade política do Estado em investir, de fato, nos assentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AJARA, César (org). O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. Rev. Bras. Geografia, Rio de Janeiro: v. 53, n.5, p. 5-48, out/dez 1991.
- AZEVÊDO, Fernando Antônio. As ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. As políticas territoriais e a criação do Estado do Tocantins. Universidade de São Paulo, 1999. 158 p. (Tese, Doutorado em Geografia Humana).
- BERGAMASCO, Sônia et alii. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).
- FERNÁNDEZ, Arturo. Movimientos Sociales en América Latina. 2. ed. Buenos Aires: Instituto de Estudios y Acción Social, 1992. (Coleccion Cuadernos).
- FERRAZ, Siney. O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética editora, 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José.. Reforma agrária , já. In: LEAL, Laurindo (coord.) Reforma Agrária da Nova República: contradições e alternativas. São Paulo: CORTEZ/ EDUC. 1985. p. 59-76.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- NEVES, Delma Pessanha. Assentamento rural: reforma agrária em migalha. Niterói: EDUF, 1997.
- IANNI, Octávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra uma área da Amazônia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. (Coleção Sociologia Brasileira, v.8).
- .OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A Geografia das lutas do campo. 8. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____ Integrar para (não) entregar: políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papyrus, 1988.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, João Pedro. (Coord). A questão agrária hoje. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. p.105-136.
- SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária hoje. 2.ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1994. p.165-190..